

Diversidades, escola e educação: discutindo práticas e saberes.

Mônica da Silva Francisco¹

Doutoranda em Educação, UFRRJ

Maiza da Silva Francisco²

Mestranda em Educação - UFRRJ

Luane Bento dos Santos³

Professora Assistente - UFF

Neste trabalho temos como proposta realizar uma análise histórica e sociológica acerca dos conceitos de diferença e diversidade e como estes se aplicam no campo educacional, especialmente a prática educacional. Para este intento, descrevemos as experiências pedagógicas que foram realizadas numa instituição formal de educação (escola) com público discente juvenil. Enfatizamos a necessidade de diálogos entre discentes e docentes, em outras palavras, trabalhamos a noção de *dialogicidade* como tema fundamental para tratar da temática. Além disso, abordamos a importância do advento das legislações de História e Cultura Africana e Afro-brasileira a Lei federal de n. 10.639/2003 e de História e Cultura indígena a Lei federal de n. 11,645/2008 que trouxeram maiores visibilidades e preocupações dos setores de ensino com a temática da diversidade. Em suma, problematizamos o lugar da diferença e diversidade nas práticas educativas, bem como no contexto de reflexão educacional na contemporaneidade.

Palavras-chave: Diversidade; Diferença; Escola; Educação; Estudantes.

INTRODUÇÃO

O trabalho surge a partir de uma experiência docente ocorrida numa palestra na escola pública estadual Ciep Brisolão Adoniram Barbosa localizada em Queimados na Baixada Fluminense, ano de 20....cujo título foi **Diversidade, Escola e Educação: discutindo práticas e saberes**. Durante esse diálogo entre nós e os estudantes tecemos algumas considerações sobre as práticas educativas ministradas dentro das instituições educativas, como elas impactam na assimilação

¹ Doutorado em o curso de Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Mestrado em Educação pela UFRRJ e Graduada em Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura. E-mail: amonicafrancisco@gmail.com.

² Mestrado em curso em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Especialista em Diversidade Étnico- Racial e Educação Superior Brasileira, UFRRJ, Graduada em Licenciatura em História. E-mail: maizafrancisco@hotmail.com

³ Professora Assistente na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) na disciplina Relações Étnico-raciais.

dos conteúdos administrados e o modo como eles enquanto jovens compreendem os assuntos diversidade, diferença, escola e educação e seus desdobramentos.

Alves e Mattos (2015) convidam-nos a pensar nos “alunos como agentes de produção de conhecimento, potencialmente transformadores da escola”. A compreensão dos discentes enquanto sujeitos capazes de produção de ideias, possibilita-nos uma relação mais horizontal entre docentes e discentes uma vez que o professor “sai” do papel de detentor da ciência e passa a dialogar com os saberes e práticas culturais estudantis. O que nos remete a noção de dialogicidade proposta por Paulo Freire, e um dos alicerces de sua obra por sua associação com a prática da liberdade. O autor compreende

O diálogo é este encontro dos homens, imediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito” (Freire, 2005, p. 91).

Freire (2007) enfatizava que o diálogo é um fator inerente aos seres humanos e afirmava:

É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só com o diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação. O diálogo é, portanto, o indispensável caminho (Jaspers), não somente nas questões vitais para a nossa ordenação política, mas em todos os sentidos do nosso ser. Somente pela virtual da crença, contudo, tem o diálogo estímulo e significação: pela crença no homem e nas suas possibilidades, pela crença de que somente chego a ser eles mesmos” (2005, p.115-116)

O estudioso entendia que o diálogo servia como instrumento de uma reação de paridade em que ambos os sujeitos (no caso discente e docente) em todos as questões pudessem aprender em perspectivas diferentes. Essa noção de dialogicidade é fundamental para a discussão de temas como diversidade dentro do espaço escolar, uma vez que assuntos como: à promoção da igualdade racial, racismo, preconceito racial são temas bastantes complexos que precisam ser trabalhados com bastante cuidado e respeito

No tocante a dialogicidade é importante esse diálogo, uma vez que a escola não é um espaço neutro, isento de desigualdades e preconceitos como destacam as pesquisas que afirmam que a população negra não encontra acolhimento nas instituições escolares, uma vez que os conteúdos ensinados não mostram a diversidade da população negra contribuindo para uma “visão de mundo que considera o grupo a que o indivíduo pertence o centro de tudo. Elegendo como o mais correto e como padrão cultural a ser seguido por todos, considera os outros, de algumas formas diferentes, como inferiores”. (ROCHA 2007, p. 19)

O trabalho está organizado do seguinte modo: na primeira parte abordaremos os aspectos históricos que levaram ao estudo da diversidade na escola e seus desdobramentos na contemporaneidade, na segunda parte teceremos algumas considerações sobre a escola e educação em relação a discussão desses temas e na terceira parte traremos alguns relatos dos jovens sobre o modo que é trabalhada a diversidade na escola e por fim as considerações finais.

I. ALGUMAS TESSITURAS SOBRE DIVERSIDADE E DIFERENÇA

Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza. (Boaventura de Souza Santos, 2006, p. 316)

A temática diversidade tornou-se mais presente no cenário educacional brasileiro com a sanção da Lei federal de n. 10. 639/03 que determina o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país, consecutivamente foi aprovada a lei 11.645/08 que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena, essas leis foram frutos das antigas reivindicações dos movimentos negros e indígena no intuito de promoção da igualdade racial. O artigo 1º e 2º da Le10.639 ;

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos

negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, Lei 10.639/1, 2)

Compreendida a diversidade étnica presente no país, e a importância da valorização e o respeito a cultura indígena, em reconhecimento a presença das populações indígenas no solo brasileiro antes da chegada dos portugueses, foi decretada em 2008 a lei 11 modificando o artigo 26, ao inserir os indígenas junto aos negros.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. ” (BRASIL, 2004, p. 24)

Embora a lei 10.639 tenha sido aprovada em 2003, a busca pela inserção de um conteúdo didático que valorizasse a população de origem africana é muito mais antiga, documentos do I Congresso do Negro Brasileiro em 1950 apontavam recomendações para “o estímulo ao estudo das reminiscências africanas no país bem como dos meios de remoção das dificuldades dos brasileiros de cor e a formação de Institutos de Pesquisas, públicos e particulares, com esse objetivo” (NASCIMENTO, 1968: 293).

Nilma Lino Gomes (2012) no texto “*Diversidades e desigualdades na educação*”, nos apresenta o conceito de diversidade que pode ser compreendida

como “construção histórica, social, cultural e política das diferenças, realiza-se em meio às relações de poder e ao crescimento das desigualdades e da crise econômica que se acentuam no contexto nacional e internacional.” (2012, p.4)

Abramovich, Rodrigues e Cruz (2011, p.87) no trabalho, “*A diversidade e a diferença na Educação*” analisa que houve um aumento na produção de materiais pedagógicos na área de Educação sobre os temas diversidade e diferença, que demonstram uma aparência de “ascensão da visibilidade” pela disputa desse assunto por correntes teóricas e na realidade sociais que demarcam um tipo de absorção/resposta aos conflitos dos “grupos sociais de diferentes culturas, etnias e raças e acolhidas as ações e demandas dos discursos dos diversos movimentos sociais(negro, indígena, feminista, LGBT, etc). Para as pesquisadoras o conceito de diversidade tornou-se acontecimento significativo, especialmente em sociedades geradas pelo colonialismo europeu, em que grupos e indivíduos reafirmam seus particularismos locais e suas identidades étnicas, raciais, culturais ou religiosas, chamando a atenção dos organismos internacionais a atributos da globalização que não são apenas socioeconômicos e tecnológicos.

Kabengele Munanga (2004) em “*Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania*” afirma que o conceito de identidade está ligado diretamente ao de diversidade, uma vez que abrange a ideia de cidadania, raça, etnia, gênero, sexo, etc. Articulando-se a vários pontos que permitem uma aproximação como fundamentos da educação e de escola. De modo que o pesquisador afirma que o tema diversidade está presente na agenda de todos os países, uma vez que as “velhas migrações e o tráfico” negreiro uniram na mesma localidade povos de procedência, origens, descendências e educações diferentes.

II- O DEBATE DA DIFERENÇA E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

O conceito de diferença está muito presente em nosso cotidiano, quando fazemos comparações com os outros, formato do corpo, cor de pele, cabelos, roupas, estatura, vivências, educação, cultura, etc. E a diferença está presente em todos os lugares do planeta, de modo que mesmo sendo tão comum tornou-se problema.

Sodré (2006) argumenta que a “diferença é uma construção teórica da primeira modernidade, um desafio à razão causal em torno do conhecimento do Outro.” O intelectual afirma que ciências como a filosofia, antropologia e literatura tem estudado a alteridade, contudo “ permanece aquele que se caracteriza pela enorme resistência ao diverso, ou seja, à multiplicidade das expressões identitárias, dos valores e dos percursos do sentido. É verdade que o culturalismo contemporâneo” (SODRÉ, 2006, p.5)

Embora o conceito diferença esteja em contínuo processo de estudo e de reinvenção desde a antiguidade, pensar a diferença e suas implicações em uma sociedade cada vez mais globalizada em que os processos migratórios, os conflitos sociais, políticos, raciais e a uma pluralidade de representações nos conduz a algumas questões, uma vez que localiza -se num âmbito complexo, múltiplo formado de discursos de diversos sujeitos com suas narrativas. De forma que surge a questão como pensar a diferença e suas implicações na contemporaneidade e como trabalhar essas demandas no chão da escola?

Mbembe (2016) nos provoca a pensarmos a razão da diferença ter-se tornado um problema na atualidade ao mesmo tempo que é um fato da realidade e categoriza:

A diferença é um problema apenas se acreditarmos que a uniformidade é o estado normal das coisas. A diferença se tornou um problema político e cultural no momento em que o contato violento entre povos, por meio da conquista, do colonialismo e do racismo, levou alguns a acreditarem que eram melhores que outros. No momento em que começamos a fazer classificações, institucionalizar hierarquias em nome da diferença, como se as diferenças fossem naturais e não construídas, acreditando que são imutáveis e portanto legítimas, aí sim estamos em apuros.(MBEMBE,2016,p. 13).

O pesquisador assevera o conceito de homogeneidade, presente nos povos que possuíam mesmas características fenotípicas, sociais e culturais tornou-se uma questão a partir do confronto entre povos conquistados e povos conquistadores em que os fatores culturais, sociais, políticos e sobretudo raciais propiciou o surgimento de crenças da superioridade dos povos conquistadores, que passaram a violentamente a impor sua cultura e valores sócio- culturais.

Os campos diversidade e diferença trazem embutidos os debates sobre a inclusão e exclusão de sujeitos, racismo, sexualidades que Bhaba (1998) nomeia de diversidade cultural “um processo de significação através do qual afirmações da cultura e sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade” (BHABA, 1998, p. 63).

III- A DIFERENÇA RACIAL NO ÂMBITO ESCOLAR

A instituição de ensino não está atenta para *as práticas sutis de racismo* que ocorrem dentro da sala de aula e não percebe que a escola como uma extensão da sociedade tais práticas são reproduzidas dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, o racismo¹ vivenciado na instituição pelos negros (crianças, jovens e adultos) é muitas das vezes silenciado pelos professores, que acreditam que tais comportamentos racistas, discriminatórios, são condutas normais dentro do ambiente escolar. Vivenciadas pelos alunos (as) negros (as) nas instituições de ensino são mascaradas pela teoria da democracia racial. Como evidenciado por Rodrigues,

As ideologias são imagens invertidas do mundo real e as relações sociais de dominação as produzem para ocultar os mecanismos de opressão. Assim, o mito da democracia racial era uma distorção do padrão das relações raciais no Brasil, construído ideologicamente por uma elite considerada branca, intencional ou involuntariamente, para maquiagem a opressiva realidade de desigualdade entre negros e brancos. (RODRIGUES, 2008, p.118)

A discriminação racial é forjado através do mito da democracia racial. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial. Sofrida pela população negra e “perpetua com estereótipos preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo social. Enquanto discurso, o mito da democracia racial, elege alguns “bem-sucedidos” para reforçar sua lógica perversa.” (GOMES, 2005, p.57). Nesse sentido, os alunos (as) negros (as) sofrem discriminação racial, no cotidiano escolar, devido a sua cor de pele. Como o caso do ““(..)depoimento da menina Catarina (negra) é bastante elucidativo. Segundo ela, as crianças a xingam “... de preta que não toma banho. Só porque eu sou preta eles falam que eu não tomo banho. Ficam me

xingando de preta cor de carvão. (...). (CAVALLEIRO, 2006, p. 52).

Para Siss (2009), o preconceito de cor entende que atitudes diferenciadas em relação as pessoas afro-brasileira no sentido da teoria darwinista que explica a raça através das espécies como mecanismo de hierarquização e estratificação da diversidade humana. “As desigualdades sociais e étnico/raciais podem ser então percebidas como históricas e socialmente produzidas, constituindo-se como o resultado de relações de poder assimétricas, social e politicamente construídas. (SISS, 2009, p.16).

A escola torna-se o espaço de desigualdade entre as crianças negras e brancas, tornando o lócus de conflito proporcionando dentro das instituições de ensino. “Nele os estereótipos e ideias preconcebidas estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente, docente, etc.), precisam ser duramente criticados e banidos.” (CAVALHEIRO, 2001.p.150).

Nesse sentido, a própria literatura brasileira e a imagem do negro é / foi vinculada como feio, assustador, ausente de beleza, de forma animalizada ou até mesmo bestificada bem diferente que apresentado da cultura ocidental com o sinônimo da inteligência, povos civilizados. Tais pensamentos fomentados pela literatura, material didático, fomenta ainda mais o racismo nas instituições de ensino.

A ausência de referência positiva na vida da criança e da família, nos livros didáticos esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à idade adulta com total rejeição à sua origem racial. Positivar o lado negro de cada criança, positivar o passado escravo, através das histórias de resistência (CAVALEIRO, 2001, p.122).

A discussão sobre a desigualdade racial no ambiente escolar requer mais do que o debate a partir do senso comum, cabe toda comunidade escolar abrir uma discussão sobre a escola e como lidar com essa diversidade que a escola apresenta. Reconhecer que a literatura, o material didático tem que dialogar com o âmbito escolar e principalmente (re) conhecer que esse lócus possui sujeitos com diversos grupos étnicos.

Dentro desse paradigma, é importante que os (as) discentes, a instituição de ensino, todos atores envolvidos com a educação, inclua em seu contexto de estudo atividades que proporcione a diversidade étnica nos lócus escolares

proporcionados aos educandos consciência política, ações educativas, fortalecimento de identidades de direitos que contribuam para formação dos alunos. Uma educação “que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhes são adversos.” (BRASIL, 2004, p.18).

IV- EXPERIÊNCIAS DAS DIVERSIDADES ÉTNICO- RACIAIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Nesse tópico destina-se as “Experiências das diversidades étnico –raciais no contexto escolar” a partir do diálogo entre os (as) discentes e nós enquanto professores sobre a perspectiva do olhar da diversidade étnico racial.

Iniciamos o debate apresentando o pequeno trecho da série “Todo Mundo Odeia o Chris” apresentando a relação do Cris com os seus colegas de escola e o silêncio da professora em relação a prática corriqueira do racismo no ambiente escolar.

O diálogo promovido com os alunos, pudemos perceber que a prática racista no cotidiano escolar é muito comum, e a escola ensina a criança negra não aceitar a cor da sua pele, seus traços físicos. Nesse sentido, o tratamento o que o professor direcionado a cor da sua pele do (a) aluna negra (O) por “moreninha” (o) , bom bom, contribui com a desvalorização do seu grupo étnico.

Ao trazermos para os discentes, um tipo de mídia que está presente no seu cotidiano pois a série é transmitida na rede de televisão aberta, ampliamos o debate sobre as questão racial, pois o personagem Chris por ser pobre, jovem, negro e morador de uma área carente e periférica, coaduna vários elementos presentes nas vivências das juventudes.

No tangente ao tema discriminação racial os estudantes utilizaram a arte para falar sobre racismo, os alunos pontuaram que a escola se mostra um pouco mais aberta para falas sobre o racismo que enfrentam no seu cotidiano, em maior grau pois o tráfico de drogas mudou a dinâmica da comunidade que era basicamente rural e tem tornado semi-rural.

Os discentes afirmaram que essa transição trouxe uma maior periculosidade para a população, uma vez que a Polícia passou a fazer incursões no bairro e os alunos de tez mais escura passaram a ser intimados. Outro ponto destacado pelos estudantes foi em relação ao estereótipo, questionando o motivo das mídias apresentarem o corpo negro de modo diferenciado dos demais, possibilitando que mais violências sejam cometidas contra ele.

As falas dos alunos mostraram a compreensão da educação como ferramenta para uma sociedade mais igualitária. Indagamos qual é a importância do debate de diversidade étnica na escola e ouvimos algumas falas interessantes.

“ Falar de raça e racismo na escola sai do lugar comum do nosso cotidiano em que as características físicas são sublimadas em prol de uma unidade escolar”. Aluna B. do 3º ano do Ensino Médio.

“Eu acho que tem que falar de racismo, pois morre muitos jovens por aqui e a maioria deles são pretos, então eu acho que tem algo a ver com raça” Aluno J. do 9º ano do Ensino Fundamental.

“ Por que os pretos se envolvem mais no tráfico, aqui perto todos os bandidos são “escuros”. Aluno I. do 2º ano do Ensino Médio.

Os depoimentos dos jovens mostraram o entendimento da importância da discussão racial na escola e como essa questão já está presente no seu cotidiano pela observação das relações que são tecidas em seu entorno e pelos desdobramentos que a racialidade se configura na sociedade e na escola. Outro ponto interessante do registro é a percepção da inclusão dessa temática na atualidade em que a escola, começa a falar da questão racial permitindo que sua clientela, dialogue e traga questões externas para enriquecer o diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos a importância do tema diversidade e diferença na escola devido a presença de múltiplos sujeitos dentro do ambiente escolar que trazem para a escola suas demandas em no convívio na sociedade. Questões que na última década passaram a fazer parte do conteúdo pedagógico das escolas

Que de certa maneira buscamos por meio do uso de ferramentas pedagógicas, o fortalecimento de indivíduos (crianças, jovens, adultos e idosos) diante da

problematização, uma vez entendida que a formatação antiga da escola permite um conjunto de violências simbólicas sejam cometidas no ambiente escolar.

E a discussão do tema diversidade/diferença possibilita a desconstrução de ideias, conteúdos fortemente arraigados no modelo colonialista que nos foi imposto por meio do silenciamento sobre determinados assuntos, de modo que a diversidade, algo tão rico dentro de nossa alteridade, permaneceu muito tempo embutido nos currículos, sendo vez ou outra mostrado na literatura, mas mesmo assim não permitindo um longo alcance, visto que muitos discentes não ultrapassam o Ensino Fundamental.

Nesse tocante é importante salientar a importância da Constituição Federal de 1998 que passou a reconhecer os direitos humanos, o combate ao racismo e a todas formas de preconceito, a universalização do direito a educação, pautas reivindicadas pelos diversos movimentos sociais. No inciso 3, inciso IV informa a importância de “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, idade e quaisquer forma de discriminação”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A.C.J. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea**, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago. Dez. 2011.

BRASIL. Planalto. **Constituição (1934)**. Constituição da república dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 25 out. 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (1961). Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. BRASÍLIA: Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-atualizada-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-atualizada-pl.html)>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ME, 2004

BRASIL. **Lei n.9394/96**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 nov. 2017.

BRASIL. **Lei 10.639**, de 09.01.03: altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática: “História e Cultura Afro- Brasileira.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília – MEC/SEF, 1998. Acesso em: 08 nov, 2001

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.) **Racismo e antirracismo na educação**: repensando

nossa escola. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2001, p. 150.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo [online]. 2007, v.12, n. 23, p.100-122.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 30. ed. 2007.

GOMES, Nilma Lino. Desigualdades e diversidade na educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 687-693, set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/02.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. Ação Educativa; Fórum em Direitos Humanos, 2012. Palestra. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro. Belo Horizonte: MAZZA, 2007.

SANTOS, B. S. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 279-316.

SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros cotas e ação afirmativa**: razões históricas. 1. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____. Afro-brasileiros e qualidade da educação: transformações e possibilidades. **Boletim Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 16-25, 2009. Disponível em: <<http://cdn.avantis.edu.br/wp-content/uploads/2018/03/09142253/AFRO-BRASILEIROS-E-QUALIDADE-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-TRANSFORMA%C3%87%C3%95ES-E-POSSIBILIDADES.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. A. Democracia racial, culturalismo e conflito no imaginário dos não-brancos. Dissertação (mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. 1994. mimeo.

SODRÉ, Muniz. Diversidade e diferença. **Revista Científica de Información y Comunicación**, Sevilha, n.3, 2006. Disponível em: <<http://www.institucional.us.es/revistas/revistas/comunicacion/pdf/numero%203/art1.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.